

SOBRE A DOUTA IGNORÂNCIA

Meditações suscitadas pela «Teoria do Ser e da Verdade» de José Marinho (1)

1. É difícil, ou porventura impossível, que algum pensador possa ir mais fundo do que José Marinho na perspetivação do Ser e na compreensão do que seja a Verdade. Talvez o acompanhe Heidegger, com quem o filósofo português partilha algumas posições, mais por força da comum radicalidade interrogativa, do que por influências que tenha recebido do alemão. Pensamos mesmo que a postura fenomenológica deste lhe terá tornado mais longo e trabalhoso o acesso à última abertura, desnuda e expectante, sobre o mistério do Ser; em compensação, ela o terá defendido de um entendimento iniciático da Filosofia, que a vê como ascético caminho que conduz à libertação no Espírito, o que, em nosso aviso, por assim tão excessivamente a desumanizar e sublimar, acaba por desvirtuá-la, privando-a, como veremos, de algumas das suas características essenciais.

2. Perante um texto a que o próprio autor retira a veleidade de se apresentar como exposição verídica e definitiva, ou sequer como itinerário bem mapeado e seguro, — vê-se tolhido o leitor crítico por várias perplexidades e constrangimentos.

Tudo se passa como se alguém estivesse à entrada de um pórtilho encabeçado pela seguinte legenda: vedado o acesso a quem venha como juiz, ou pretenda possuir a verdade.

3. Pareceu-nos primeiro que poderíamos avançar deixando à entrada tudo o que não fosse dúvida ou interrogação.

(1) Marinho, José — *Teoria do Ser e da Verdade*, 1964, Lisboa.

Mas logo fomos advertidos de que também elas eram suspeitas de dogmatismos e limitações.

Perguntámo-nos depois sobre se não seria legítimo levar, ao menos, os critérios de verdade radicais impostos pela estrutura cognitiva do homem. Mas Marinho repudia, liminarmente, que o homem seja o verdadeiro sujeito do conhecimento que nele se opera.

Contrafeitos embora pela terminante negação dos limites antropológicos do filosofar — que se afiguram insuperáveis, apesar da transfinita abertura da subjectividade humana, — também desse pressuposto abrimos mão.

4. Há todavia um mínimo de que toda a leitura, mesmo iniciática, não pode abdicar, sob a pena de se transformar num exercício passivo e nadificador, numa como que experiência mística em segunda mão, que não vemos como possa verdadeiramente libertar. É que, no homem, a libertação e a dignificação crescem paralelas.

Esse mínimo consiste na exigência em ver claro, numa visão subjectivamente unívoca, onde os próprios enigmas e mistérios se constituem como tais, e onde é sempre possível, embora difícil, uma descrição verbal universalmente significativa.

Esta referência ao vértice do olhar em que cada um vê, e em que, a cada momento, se inicia, recupera e possui, esta referência ao cerne da subjectividade própria, pode ser provisoriamente ignorada, mas não pode ser anulada. Aliás, se esta referência ao sujeito é contrariada e quase que anulada pelo que há de público, e, portanto, de comunicável, na visão, já na vivência afectiva ela se consolida de forma inamovível. O que sente e se sente é o mesmo que vê, e reflexa e indirectamente, se vê.

5. Vou portanto tentar ver claro, e descrever claramente o que vir, não renunciando à postura teórica, fora da qual se não pode constituir ou revelar a Verdade. Verdade onde, e só onde, segundo Marinho, o Ser se confirma e é.

Depois comentarei, para teoricamente clarificar quanto puder, o que tenha visto e objectivamente fixado pela descrição.

6. Os tópicos nucleares da doutrina de Marinho são efectivamente, como ele próprio indica, a *visão unívoca*, a *cisão*, o

insubstancial substante, e a *assumpção do Nada*, entre si relacionados numa circularidade aprofundadora.

A *visão unívoca* e a *cisão* são noções mais fáceis de entender e menos originais, apesar de conterem algumas dificuldades que procuraremos identificar e analisar.

O entendimento do insubstancial substante, ou Espírito, é mais difícil. Em particular a tese de que é o Espírito que em nós conhece, ultrapassando-se assim, como já indicámos, os limites antropológicos do conhecimento. A seu tempo trataremos deste ponto nuclear.

O tópico da *assumpção do Nada* é sem dúvida o mais profundo e o mais original, (pelo menos na forma como é apresentado), e o que obriga a revisões mais radicais da ideia corrente sobre algumas noções filosóficas nucleares, como a noção de Absoluto.

7. Passemos a considerar, por ordem, cada um destes pontos axiais da posição marinhiana.

A Visão Unívoca

8. É conveniente observar, desde já, que a univocidade da visão tem dois referenciais que, muito embora um ao outro se suponham e tematizem, são distintos.

O primeiro, como já dissemos, é de ordem subjectiva: ainda que intencionalmente públicas e universais, todas as visões estão ligadas a um sujeito; mesmo no caso limite de uma visão inteiramente objectivada, onde coincidissem todos os sujeitos, ainda assim ela seria a visão de cada um.

Enquanto subjectivamente unificada, a univocidade da visão permite univocamente ver que toda ela é cruzada por fissuras abissais.

É claro que tal visão, cindida por heterogeneidades inconciliáveis, é repelente para o sujeito, que só a aceita para a superar, e que só verídica e renovadamente a poderá superar, na medida em que renovadamente a cindir.

Obviamente, enquanto não for encarada a *cisão extrema*, não poderá operar-se definitiva união.

9. Como se compreenderá, estávamos, uma vez mais, perante o clássico problema da compatibilidade do uno e do múltiplo, que

logo Parménides pretendeu equacionar em termos radicais, distinguindo terminantemente o Ser do Não-Ser e a realidade da aparência.

Ainda que isso seja um excelente exercício, a que periodicamente se deveriam entregar quantos cultivam a Filosofia, não é a altura de revermos o itinerário que o problema do uno e do múltiplo percorreu ao longo da história do pensamento metafísico.

Diremos só, e abreviadamente, que José Marinho assume perante ele duas posições fundamentais: a) não o coloca no plano dos entes (por isso repudia a ontologia); b) e embora não tematizando expressamente a realidade última como sendo uma comunidade de pessoas, atribui ao amor um privilegiado dinamismo unitivo.

10. Façamos aqui uma pausa para analisarmos a questão nos seus vários aspectos.

Comecemos pelo princípio.

A subjectividade humana que se constitui no vértice de todas as suas visões, mas não se limita a ser o seu reflexo, e sobre elas paira e deambula animada pelo desejo visceral de se garantir uma existência eterna e plena, — exige desde logo, como condição *sine qua non* para que tal seja possível, a unidade do Ser. E essa exigência manifesta-se em quatro planos:

a) No plano teórico. A razão é um dinamismo unificador. E, de tal forma o que é que chega ao contorcionismo de unificar, numa classe, tudo aquilo que não pode ser unificado; e refuta, negativamente embora, as aporias que logo a ameaçam no campo quantitativo e formal que lhe é mais fácil, quer servindo-se do artifício da redução ao absurdo, quer apoiando-se, como observa Pascal (a propósito da dificuldade em se entender a transfinitude da série dos números naturais) no facto de que o homem tem mais capacidade para ver o erro do que a verdade.

b) No plano da crença ou da concepção do mundo. A vida tem urgências teóricas que o discurso teórico não acolhe. E a mentira vital não pode ser assumida como mentira. «Daí que as condições globais sobre o mundo que imediata e basicamente enquadram e viabilizam a existência pessoal de cada um, precisem que o seu frágil travejamento teórico seja apoiado pelos mais fundos interesses e pelo amor. No dedicado equilíbrio de todas as instâncias em jogo, a verdade assume, apesar de tudo, um papel tendencialmente preponderante.

Ainda assim, a convicção é um ponto de apoio suficientemente forte para que sobre ela, e a partir dela, delinearemos o nosso destino. Mas nós sabemos bem que no seio da mais inabalável convicção palpita a dúvida, e que toda a convicção bloqueia a via negativa da verdade. A situação é pois dilemática.

Teremos, por um lado, que necessariamente nos apoiar sobre ela. Ninguém sobrevive à perda da última crença. Mas teremos, por outro lado, que passar além das nossas mais fundas convicções existenciais, animados embora pela esperança de logo as recuperarmos mais fundamentadas e firmes.

Que fazer?

Julgamos que a transposição de toda a problemática da existência para o plano transcendental, possibilitará um diálogo lúcido e fecundo entre crença e teoria. Provisório, sem dúvida. Mas prévio a qualquer decisão sobre a veracidade e o valor existencial das crenças.

E pensamos até, como adiante se verá, que as crenças — as crenças autênticas que se guardam no coração, não aquelas que se cultivam por empréstimo para alienadamente vivermos, ao menos, uma vida socialmente tipificada — ficarão sempre, mesmo quando abandonadas, como referenciais insubstituíveis e úteis da existência. Não são ainda momentos positivos da «douta ignorância», mas são momentos positivos da história existência de cada um.

c) No plano prático. A nossa espontânea visão sobre o mundo físico pode resignar-se a ser circunscrita e limitada, mas exige a unidade e a harmonia. O homem só pode *habitar*, isto é, sobreviver e ser feliz, se o seu meio ambiente for prática e afectivamente unificado, ou seja, se lhe permitir uma acção eficaz e o bem-estar

d) No plano afectivo. O amor une e pacifica. Nada lhe resiste. Por nada se deixa vencer. Salvo pelo desamor... Até o Amor de Deus precisa ser correspondido para que a plenitude da união finalmente aconteça.

11. José Marinho, como já dissemos, valoriza particularmente o vínculo unitivo do Amor. Efectivamente só ele ou a Verdade podem unir as pessoas. Mas enquanto a Verdade, imediatamente ligada à dialéctica da sua negação, e à perspectiva do Absoluto, só sucessiva e provisoriamente vai unindo, o Amor é confiado, permanente e fiel. Todavia a sua verdade é sempre unilateral, e carece confirmação.

Sobre a «Cisão»

12. É evidente que o Não-Ser nos rodeia por todos os lados. E que são várias as máscaras que negativamente o configuram. E que todo o conhecido tem fronteiras com o desconhecido.

Mas é evidente também que nos situamos sempre sobre plataformas de inteligibilidade. Limitadas e provisórias sem dúvida. Que não nos devem prender, nem devem interromper, para além das necessárias pausas, o nosso infindável caminhar de nómadas.

Este tópico do Ser e do Não-Ser, do Absoluto e do Nada, do Pleno e do Vazio, surgiu muito cedo na história do pensamento. Foi também Parménides o primeiro que o tematizou com radicalidade. Como formulou a questão na perspectiva cosmológica dos Jónios (que se interrogavam acerca da substância do mundo exterior) contrapôs ao Ser, na sua esfericidade corpórea e plena, um vazio que, na sua total nulidade ôntica, só negativamente poderia ser referido.

Para passar além das lacónicas (mas legítimas e sempre presentes) verdades que tal concepção de Ser e Não-Ser permitia enunciar, era necessário operar nela uma cisão libertadora. Foi preciso para isso atribuir ao vazio um mínimo de onticidade: ele seria o espaço lógico e físico sem o qual não seria possível a fragmentação atómica do Uno pleno do eleata. Demócrito compreendeu-o bem.

Diríamos que, em vez de se entender o Nada, ou o Vazio, como limite externo do Ser ou do Pleno, se passou a concebê-lo como o seu limite interno.

Também não iremos agora percorrer o itinerário histórico desta questão. Faremos só uma referência breve à forma como o tópico é tratado no Cristianismo, religião que, conforme José Marinho justamente acentua, procede à cisão externa, ou seja, (segundo supomos) a uma cisão operada a partir da plenitude da visão unívoca. Efectivamente o Ser é concebido pelo Cristianismo de maneira insuperável, como Sujeito Absoluto, ou como «Ser-em-Si para Si», que a Si mesmo se pensa, e em si mesmo se compraz.

Há todavia algumas distinções muito importantes a fazer, que remetem para a diferença entre cisão e criação.

Em termos muito simples, o problema pode pôr-se assim: como é possível que exista, *fora* da plenitude de Deus, uma pluralidade transfinita de entes finitos?

Duas hipóteses lógicas se apresentam. Ou Deus, para de Si mesmo vir a possuir a plena visão unívoca, teve de cindir-se e assumir o Nada — e para isso teve que sofrer que o Nada nele gerasse estes finitos — operando-se assim uma quebra na sua Onnipotência; ou Deus, numa transbordante fruição da própria Glória, livremente criou à sua volta como que uma auréola de seres finitos para que livremente O amassem e louvassem. Sublinhe-se que a liberdade gratuita dessa criação é uma exigência lógica inamovível.

Neste caso já não é necessária a cisão suprema da assumpção do Nada para que Deus de Si tenha a suprema visão unívoca. Basta para tanto a geração do Filho na unidade do Espírito Santo, ou seja, em termos e conceitos filosóficos, o eterno e circular dinamismo ôntico e ontológico do Ser-em-Si-para Si.

E a criação livre e generosa já não implica uma necessária diminuição. Pelo contrário, nesta assumpção amorosa e positiva do Nada, nele foi gerado um possível reflexo da Plenitude, tanto mais positivamente constituído, quanto mais depende da liberdade das criaturas.

É certo que, como já sublinhei (?), há apesar de tudo, na Criação, aspectos trágicos: na sua autonomia negativa, as criaturas podem opôr-se ao Absoluto, assumindo a própria finitude. E essa negação inscreve, no seio do Nada, uma negatividade mais radical do que a do mero Não-Ser: a negatividade axiológica do *Mal*. É por isso que a orgulhosa opção pela finitude própria é sempre sofredora e infeliz.

13. Qual é a posição de José Marinho relativamente a este conjunto de questões? Não é fácil dizê-lo. Pensamos que a explicação que dá ao paradoxo da existência de entes finitos oscila entre o imanentismo e o criacionismo.

Sobre o Insubstancial Substante

14. Certamente que só uma entidade concebida como Espírito pode ser titular do infindável processo em que as sucessivas visões unívocas infindavelmente se cindem e recuperam.

E agora a questão nuclear é outra: pode o Espírito repartir-se por várias subjectividades?

(?) Abranches de Soveral, Eduardo — *Ensaio Sobre Ética*, 1993, Lisboa, pág. 77.

Sem dúvida que nas subjectividades limitadas (embora abertas) dos Seres-para-Si, que por essência (ao menos tendencialmente) são todas as criaturas, — a marca distintiva da sua unicidade é constituída pela liberdade e pela affectividade. Assim, por sua natureza, por individualizarem o decidir e o sentir, são egoístas e limitadoras. E assim todas as visões unívocas, que necessariamente ultrapassam as fronteiras do que é exclusivamente próprio, podem apesar disso ser minorizadas e domesticadas, consolidando a finitude de cada sujeito.

Só a Razão, na sua universalidade e transcendência constitutivas, é instância que configura e baliza o alongamento das várias subjectividades singulares no sentido do superamento das suas limitações, via ao Absoluto.

É por isso que só a Verdade salva. E que toda a Verdade é teoria.

15. Várias interrogações se impõem aqui. Pode a operacionalidade racional ser legitimamente circunscrita à limitada esfera das subjectividades singulares? Ou só um Espírito universal poderá ser titular de tal operacionalidade? O sentir e o decidir remetem necessariamente para a unidade de cada sujeito: como poderão ser participáveis e universalizáveis? Será o Espírito que pensa em nós? Reduzir-se-á o Espírito a uma pura Inteligência?

16. Para tentarmos responder a tanta dúvida, é necessário atentar, antes de mais, que é essencial, nas criaturas, uma autonomia negativa. Mas isso não impede que positivamente assumam, no Nada materno em que vieram à existência, tudo o que couber na sua finitude. Assim se apropriam do dinamismo unificador e negador da Razão universal, e o utilizam autonomamente, como se fosse eu.

Não nos parece pois que seja o Espírito que pensa em nós. Nós é que, quando pensamos veridicamente, pensamos tal como o Espírito.

17. Não nos parece, por outro lado, que o Espírito possa ser reduzido a uma inteligência pura. Sobretudo quando o concebemos, a luz da dogmática cristã, como Espírito Santo. Foi por Ele que o Amor transbordante de Deus criou entes limitados capazes de o reflectirem, como que ampliando assim a sua Glória. Dele receberam pois directamente as criaturas não só a razão, mas a consciência de si, a sensibilidade axiológica e a liberdade.

Porém, no caso particular dos homens, que, por força do Pecado e apesar dele, receberam da infinita misericórdia de Deus que em Cristo fosse assumida e divinizada a sua natureza terrena — passou a ser Este o último e definitivo intermédiano entre o Pai *absconditus* e a nossa pequenez.

Agora, e para sempre, é através de Cristo que o Espírito Santo nos iluminará, assistirá e consolará.

18. Pensamos que este é um ponto omisso na profunda e exemplar meditação de José Marinho: não tematizar o Pecado e conseqüentemente, não distinguir claramente cisão de criação.

Observemos, desde já, que a Encarnação de Cristo «verdadeiro Deus e verdadeiro homem» não só sanciona teologicamente uma posição antropológica da Filosofia, como garante ainda ao conhecimento um crescimento permanente.

Anotemos também que esta posição vem de encontro ao que é possível apurar numa descrição fenomenológica: esta mostra-nos que a interioridade humana não tem limites, mas se abre para o infinito através de uma pluralidade de horizontes significativos.

Sobre a Assumpção do Nada

19. Dissemos acima que o lado sombrio e trágico da Criação consistia na expressa e deliberada assumpção da própria finitude.

Convirá esclarecer agora um pouco mais o tema. É que há, na circunstância, três situações distintas a considerar:

t) Uma coisa é cada um assumir a própria finitude com realismo e humildade, mas amando-se a si mesmo, apesar disso, e ao limitado quinhão de bens que lhe coube em sorte.

b) Outra contentar-se com a sua actual e mais ou menos feliz mediania, nada mais almejando que mantê-la e consolidá-la, neste mundo como no outro.

c) Outra ainda, aproveitar-se deliberadamente da autonomia negativa que essencialmente decorre da liberdade que lhe foi concedida — porque sem ela a Criação não teria sentido nem seria possível, — para repudiar a plenitude de Deus, negando-a como meta legítima das suas aspirações e como fonte primordial de todas as existências.

20. No primeiro caso, as cisões são ambivalentes. Por um lado são condição de crescimento interior. Mas podem originar, por outro lado, a tentação de cada um confundir o próprio espírito, o seu singular insubstancial substante, com o Espírito de Deus, assim ocultando, e não desejando tendencialmente colmatar, a cisão irreparável entre a criatura e Criador.

Não podemos renunciar à nossa condição corpórea e terrena, nem, tão pouco, à sua espiritualização. E é muito difícil amar as coisas deste mundo na perspectiva de um horizonte que infinitamente as transcende. Nisso consistirá, por certo, a mais difícil das virtudes humanas.

De qualquer maneira, o que queremos deixar sublinhado, como regra de ouro a observar, é que o homem não deve atrever-se a cisões que destruam a sua condição, pois é necessariamente nela que há-de processar-se o infundável crescimento ontológico que se abre diante de si.

21. Na segunda das situações referidas, a cisão é sempre benéfica. Só ela impede a acomodação medíocre e a renúncia por ignorância ou descaso, aos apelos do Absoluto.

Mas é precisamente aqui, em que seria sempre precisa e imediatamente útil, que a cisão mais dificilmente ocorre. Os que assim vivem, absorvidos nos cuidados diários de uma sobrevivência votada aos bens fáceis e menores que o dinheiro compra, pertencem à apagada raça dos acomodados por inércia, que Deus ameaçou vomitar. Não tem a grandeza da virtude, nem a grandeza do pecado. Fechados no seu pequeno egoísmo, permanecem, sem sequer o suspeitarem, à margem da existência autêntica.

22. A última das situações é a mais trágica e extrema. É nela que se configura o Pecado e se opera a suprema cisão de que a criatura é capaz.

Agora já não actua, ainda que mediamente, (todas as criaturas são autónomos actos segundos), o Insubstancial Substante, mas só o espírito pessoal de cada um.

Nesta cisão pecaminosa, renuncia-se, deliberadamente, numa primeira fase, à contemplação da visão unívoca: renuncia-se depois a um regresso, mais desperto e sequioso, à sua fruição jubilosa, por erroneamente se julgar que ele é impossível.

Sobre a Liberdade Essencial das Criaturas

23. Parece assim, quer do ponto de vista da dogmática cristã, quer na perspectiva da teologia filosófica, que a liberdade é condição essencial para que as criaturas possam, ou *não*, reflectir e adorar a Glória de Deus, ou, em termos não religiosos, para que os entes finitos, possam esquecer o Ser, ou manter, pelo contrário, voltada para a Plenitude, a sua espectante indigência.

Esta liberdade, que para todo o sempre guarda o poder de negar, insere necessariamente esses entes num tempo irreversível. E a temporalidade, também essencial, das criaturas, impõe-lhes uma sempre renovada assumpção da sua história existencial. Sem uma ininterrupta linha de identificação pessoal, todo o sentir-se ficaria descentrado e alienado. Ou seja: a criatura perderia a sua consciência ética-ontológica, e a conseqüente possibilidade de um crescimento transfinito. (Foi para estes casos, pensamos, que, segundo a teologia dogmática, o Purgatório existe: para que as almas, impedidas na terra de o fazer, tomem em mãos o próprio destino).

Resumindo: a cisão, no homem, não pode separá-lo da própria condição, nem, designadamente, da sua história. Mesmo no plano da verdade, cada nova plataforma de inteligibilidade ficará articulada àquela de que se partiu para a superar.

Sobre a Douta Ignorância

24. Tudo se passa porém no horizonte de uma cisão extrema: a que separa o ente finito do Absoluto; a que nos separa da infinita riqueza ôntica de Deus *absconditus*.

E é neste contexto que a suma sabedoria se configura como douta ignorância.

Mas convém advertir que a douta ignorância não é só uma via negativa e ascética que nos conduz ao despojamento espectante que nada antepõe à livre revelação de Deus, e que nos leva humildemente a concluir que a Seu respeito só sabemos que Ele não é aquilo que julgamos que seja.

Esta sabedoria meramente negativa, embora só possível a partir do máximo conhecimento que cada um vá possuindo, anularia, no plano teológico, o mérito da intermediação de Cristo, nela apagando, designadamente, as luzes do Espírito Santo. O que Cristo nos disse

do Pai — que só Ele conhece — é para nós positivamente verdadeiro; como é verdadeiro também o que nos deixa ver a iluminação todo do Espírito Santo.

Mesmo do ponto de vista filosófico, para nada nos serviria essa última e humilde abertura espectante, se a nossa razão não mantivesse a capacidade positiva, para compreender as inéditas e sucessivamente mais profundas revelações do Ser; e para positivamente as integrar na nossa história existencial.

O que há de essencial e de positivo na douta ignorância é que nela a dialéctica da explicitação e da integração é completada pela dialéctica da invenção.

Só pela invenção poderíamos antecipar as palavras divinas, ou poderemos apreendê-las no seu ineditismo.

Afinal, o destino dos filósofos é tornarem-se poetas. Os lúcidos poetas da Verdade...

Porto, Dezembro de 1995

Eduardo Abranches de Soveral